

POLIFONIA	CUIABÁ	EdUFMT	V. 13	p. 45-58	2007	ISSN 0104-687X
-----------	--------	--------	-------	----------	------	----------------

SOCIEDADE GLOBAL, *ENGLISHES* E BILINGÜISMO GLOCAL

Deise Nanci de Castro Mesquita*
Heloísa Augusta Brito de Mello**

RESUMO: Este texto discute a mundialização do inglês como uma língua franca da sociedade global, aqui apresentada como “*englishes*”. Embora a trajetória dessa língua até este século XXI reflita sua expansão sempre mais motivada por questões políticas e econômicas do que sociais, neste atual momento, sua adoção como código internacional demonstra ser uma das formas mais efetivas de o cidadão global apresentar e fazer valer a sua própria identidade. Neste sentido, as expressões glocal e *englishes* dizem respeito a atitudes tanto globais quanto locais e a formas universais e particulares de apreensão e adoção desta língua plural.

PALAVRAS-CHAVE: *englishes*, aquisição de segunda língua / língua estrangeira, bilingüismo glocal

GLOBAL SOCIETY, *ENGLISHES* AND GLOCAL BILINGUALISM

ABSTRACT: This text discusses the globalization of English as a lingua franca of the global society, hereafter understood as “*englishes*”. Although the spread of this language until the turn of this century reflects mostly political and economical rather than social questions, at the moment, its adoption as an international

* Professora do Departamento de Letras da Universidade Católica de Goiás.

** Professora do Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás.

language represents a way of recognizing and valuing this new identity of the global citizen. In this view, the expressions glocal and englishes refer to both local and global attitudes as well as to universal and particular ways of acquiring and adopting this plural language.

KEYWORDS: englishes, foreign/second language acquisition, glocal bilingualism

1. A sociedade global contemporânea: uma cultura consubstanciada em mercadoria

A observação de fatos mundiais ocorridos ao longo dos séculos e veiculados pelos meios de comunicação de massa por terra, mar e ar suscita a emergência da adoção de diversos e novos comportamentos sociais de proporções não apenas regionais e nacionais, mas internacionais e globais. Na contemporaneidade, tal como previram Marx e Engels (1987, p. 77), esta sociedade vem se apresentando como mais um desenvolvimento do sistema capitalista que, em busca de novos mercados para expandir-se, tem na mercadoria um dos seus símbolos de reconhecimento de valores e conceitos sociais, tanto locais quanto universais:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários das indústrias, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos.

Nesse processo, o capital consubstanciado em mercadoria é o carro chefe da série de revoluções no modo de produção e de troca da sociedade desde a descoberta da América e a circunavegação da África até a invenção dos transistores e dos *chips*. Nesta atual fase do desenvolvimento da modernidade, a burguesia industrial faz-se representar por fábricas globais conectadas por fios de cobre e via satélite às suas parceiras espalhadas pelos quatro cantos do mundo. De fato, as mercadorias vêm circulando em um espaço mais global, impulsionadas agora pelo advento das indústrias da telemática, traduzidas em informações. E, com o propósito de sobreviver em um mercado cada vez mais competitivo, estas nações de todo o globo fundem-se em conglomerados plurais, constituindo-se em economias-mundo que representam as indústrias da informação, do entretenimento e outras. Em suma, também a unificação das nações contemporâneas está se dando motivada por interesses e necessidades cada vez mais capitais.

Se tomados os conceitos marxistas que explicam a sociedade capitalista, referindo-os à realidade do processo de mundialização atual, é possível afirmar que a terra nunca se apresentou tão global e que nesta figura histórica os sujeitos vêm adotando linguagens universais e particulares que, imbricadas, constituem novos símbolos e representações sociais. Ainda, é possível identificar que ao menos três elementos são imprescindíveis a este processo: a mercadoria - um dos principais elos de contato entre as nações; os meios de comunicação de massa - um de seus instrumentos mais efetivos de veiculação; e o inglês - um idioma franco que cuida de dar nomes a estas mercadorias, explicar suas utilidades e possibilitar sua comercialização.

A globalização é um tema relacionado a conceitos, visões e representações diversas e pode ser reconhecida em diferentes desenvolvimentos e tendências da sociedade. O idioma inglês, a exemplo, pode ser tomado como um elemento elucidativo dos desenvolvimentos desta sociedade contemporânea, uma expressão de sua globalização, já que este idioma anglo-saxão, ou algo muito parecido a um *English*, faz-se presente no cotidiano de quase todos os indivíduos modernos. De fato, o inglês está presente nos

mundos das redes de informação e comercialização internacionais e, comumente, no dia-a-dia do trabalho, do lazer e da família dos cidadãos de quase todas as partes do globo. O inglês é a língua senha de acesso aos aparelhos informatizados e língua de comunicação dos acontecimentos mundiais. Enquanto tal, esta língua global reflete, ao mesmo tempo em que ilumina, as configurações históricas, culturais, políticas e econômicas desta sociedade. Resume Ianni (1995, p. 110):

A despeito das diversidades civilizatórias, culturais, religiosas, lingüísticas, históricas, filosóficas, científicas, artísticas e outras, o inglês tem sido adotado como vulgata da globalização. Nos quatro cantos do mundo, esse idioma está no mercado e na mercadoria, na imprensa e na eletrônica, na prática e no pensamento, na nostalgia e na utopia. É o idioma do mercado universal, do intelectual cosmopolita, da epistemologia escondida no computador do Prometeu eletrônico.

Dito de outra forma, para que o processo de globalização se dê, é necessário fazer com que cada informação produzida e veiculada seja traduzida em mercadorias comercializáveis, em tempo ideal, para todas as diferentes regiões mundiais; e que todo o reconhecimento destas mercadorias seja facilitado pela adoção de nomes de origem ou referência a este inglês. Esta língua franca – tornada internacional – deve cumprir, pois, o papel de representar as diversas linguagens e de traduzir as informações dos cidadãos locais em conhecimentos globais. Neste sentido, este idioma é plural e não único ou neutro ou anglo-saxão. É franco porque possibilita o acesso de várias culturas, porque abarca diversas representações sociais de povos distintos, porque serve de senha para a comunicação entre povos dos quatro cantos do mundo, cada qual ao seu modo e, ainda, porque dá nome às moedas internacionais mais valorizadas desta sociedade, o *dollar* e o *euro*, cumprindo, assim, sua função também econômica. Nas palavras de Ortiz (1994, p. 101):

O inglês se caracteriza cada vez mais como língua mundial. Não se trata, porém, de uma língua franca, cuja atribuição seria unicamente colocar em contato grupos de falas distintas. O processo de globalização se assenta sobre interesses políticos e econômicos. Os setores sociais possuem vantagens em utilizar esta língua mundial. A entrada de novas culturas, com seus idiomas particulares, neste mercado lingüístico, não o debilita, pelo contrário, irá fortalecê-lo.

Em sua socialização global, o inglês vem tomando formas novas, diversas, mais adequadas a demandas pluriculturais. E, muito embora entrelace o globo terrestre de uma forma muito difusa e cause a impressão de que esta sociedade seja uma hegemônica massa cultural, a multimídia global e a língua internacional não têm dado sinais de serem monolíticas ou monolíngües. Esta “inglesação” do mundo é diferente das anteriores, devido, principalmente, ao enfrentamento maior entre as diversas culturas promovido pelos meios telemáticos de comunicação, que encurtam distâncias, confrontam conceitos, costumes e crenças e transgridem os valores sociais. Afinal, em sendo a terra uma figura histórica, e não apenas astronômica, ela é atravessada por diversidades políticas, religiosas, étnicas e outras que acabam promovendo uma transculturação dos emblemas sociais. Mas, muito embora esta cultura global acabe por abarcar valores de proporções tanto locais quanto universais, é em função dos interesses de um mesmo capital que esta mundialização se concretiza. Ianni (1995, p.93) explica assim o processo:

Quando o sistema mundial se põe em movimento e se moderniza, então o mundo começa a parecer uma espécie de aldeia global. Aos poucos, ou de repente, conforme o caso, tudo se articula em um vasto e complexo todo moderno, modernizante, modernizado. A verdade é que a indústria cultural também adquiriu alcance global. Tomada em nível mundial, a mídia expressa muito do que vai pelo mundo, na ordem da integração e fragmentação, no âmbito das

diversidades e desigualdades, no jogo dos conflitos e das acomodações. Em nível mais do que evidente, o principal tecido da aldeia global tem sido o mercado, a mercantilização universal, no sentido de que tudo tende a ser mercantilizado, produzido e consumido como mercadoria.

A socialização global depende da veiculação e adoção de símbolos nacionais e internacionais, ou seja, de objetos que possam ser reconhecidos e aceitos por todas as culturas mundiais; e é a modernização técnico-científica destas sociedades cristalizada em mercadorias palatáveis o que supostamente vai garantir a inserção do sujeito local em uma realidade universal. Em outros termos, a fim de serem considerados efetivos cidadãos globais, estes indivíduos devem ser capazes de produzir e de consumir os símbolos culturais globais que se coisificam em alimentos, roupas, calçados, brinquedos, instrumentos de trabalho, de lazer e outros; e, ainda, de nomear, veicular e comercializar estes produtos em uma espécie de inglês, uma língua franca oficial “glocal”. Ortiz (1994, p.101-102) explica o porquê:

Da mesma maneira que a nação se respalda na construção de um mercado amplo de bens materiais, ele pressupõe uma unidade lingüística que lhe oferece legitimidade. A língua oficial adquire, portanto, um valor simbólico e se impõe como hegemonia diante da pluralidade das falas. A utilização do inglês no trabalho (publicações científicas, informática), na publicidade, no *show business* e nas trocas internacionais são sinais da existência de uma diglossia em escala mundial. Ela adquire então uma autonomia interna às diversas culturas mundializadas, possuindo uma vida própria no seio das comunidades lingüísticas.

Em suma, para que haja a globalização da mercadoria e dos valores culturais que esse símbolo representa, é premente a adoção deste idioma universal. Neste sentido, o inglês, que já

obteve um status de *English*, a língua de imperadores, e de *Englishes*, a língua de colonizadores, adquire outras feições transculturais e metamorfoseia-se em *englishes*, a língua franca de uma sociedade global. O que motiva esta outra mudança na representação gráfica do inglês é o fato de que ele não representa uma única cultura hegemônica, mas pluriculturas globais - por isso, em letra minúscula; e porque se refere a linguagens de diferentes povos, apresentadas em signos lingüísticos adaptados do e a este idioma - por isso, no plural. E, quando observadas as mercadorias que transitam por algumas regiões globais nesta língua franca, torna-se coerente inferir a improbabilidade de materialização de uma única e hegemônica racionalidade cultural, mesmo que neste atual momento do capitalismo; e a probabilidade da emergência de um “bilingüismo glocal”, nos moldes sugeridos pela “diglossia em nível mundial”, de Ortiz.

2. A aquisição do *englishes*: um bilingüismo glocal

Quando Ortiz (1994) discute questões de mundialização e cultura e explica o fenômeno de diglossia, acaba por esclarecer a forma como o inglês vem se constituindo em uma língua franca, plural, e como o bilingüismo atual é *glocal*, isto é, possui uma origem tanto global quanto local. Segundo afirma, os vários idiomas adotados especificamente em regiões nacionais não perdem seu valor particular, mas, em certas ocasiões, são substituídos por uma língua franca de articulação universal. Exemplifica o fato citando que, na Índia, o inglês é adotado em eventos sociais, em programas de rádio e televisão, mas raramente em casa, quando os indianos nativos preferem utilizar seus mais diferentes e distintos dialetos.

Esta diglossia pode ser associada à utilização de línguas diferentes, por comunidades sociais distintas, respeitando o valor de hierarquia que cada idioma possui no contexto histórico de cada grupo. Em nível mundial, relaciona-se com este conjunto de fenômenos que ocorrem durante o processo de globalização, no qual coexistem duas e mais línguas distintas e há uma repartição

das atividades que fazem com que as línguas disponíveis sejam utilizadas em uma dada situação, mas não em outra.

Todavia, há de se ressaltar que esta especialização de funções assumidas pelos idiomas global e local (ou locais) nem sempre se dá de forma harmoniosa e estável, visto que o conflito está no bojo de qualquer contato entre línguas. Daí o termo diglossia ser também entendido como conflito, na medida em que “a institucionalização e legitimação de uma língua (ou discurso) em um determinado âmbito social se dão em virtude do poder que dispõe o grupo lingüístico em questão” (HAMEL, 1988, p. 52). Portanto, a diglossia se refere a uma relação de poder entre grupos sociais, relação esta que pode ser traduzida por meio dos aspectos funcionais e estruturais das línguas envolvidas. Nesse sentido, as “guerras” em torno dos estrangeirismos presentes no idioma local (FARACO, 2002) constituem uma pequena amostra da natureza conflituosa e contraditória da qual faz parte toda e qualquer relação lingüística.

Também Rajagopalan (1999) faz referência a esta visão de diglossia, quando revê e discute a questão do avanço do inglês como língua franca número um do mundo e do modo como este fato pode colocar em risco as línguas regionais e suas respectivas culturas. Segundo argumenta, se há algum tipo de violência entre o inglês e as outras línguas do mundo, ela não está na língua em si, mas nas relações humanas que são naturalmente marcadas pelas desigualdades, heterogeneidades e assimetrias de poder. E considera que o status atual do inglês se deve não apenas à sua difusão durante a era imperial e/ou colonial, mas a uma série de ocorrências históricas.

Os fatos que contam esta trajetória podem ser sintetizados assim: 1) o inglês se espalhou durante a expansão colonial no século XVIII, preparando o terreno para as chamadas variedades transplantadas; 2) o final da Segunda Guerra Mundial marcou a ascensão dos Estados Unidos como a maior potência dos últimos tempos e causou movimentos migratórios em massa; e 3) os avanços da tecnologia nas redes de comunicação mundial encurtaram distâncias e demoliram barreiras antes consideradas invioláveis. E, nestes contextos, têm sido criados ambientes sociolingüísticos, nos quais o multilingüismo é a norma, e

identificada uma maior fluidez nos modos como as línguas e as culturas vêm sendo assimiladas.

Porém, em uma concepção de bilingüismo associada às noções de colonialismo e imperialismo lingüístico persiste o receio de que, neste atual momento de globalização, a dominância do inglês possa não só diminuir o papel das línguas minoritárias na vida social e política de determinadas comunidades, como também substituí-las ou dizimá-las completamente; e, ainda, a compreensão de que como a tendência nos mecanismos de poder é a conformidade dos grupos dominados às normas dos dominantes, assumiu-se em todo o mundo que é natural e, até mesmo necessário, saber usar a língua do poder.

Esses temores, na verdade, se justificam, devido à expansão territorial do inglês e à sua posição dominante no mundo; à compreensão de que se tem de que este contato entre línguas é um momento de competição e de conflito; ao fato de que, nas situações de hegemonia lingüística, um idioma adquire status de língua dominante, de prestígio, enquanto a outra (ou outras) passa a ser considerada inferior, de menor prestígio; e às situações nas quais os falantes das línguas dominadas passam a ser percebidos como pessoas de status inferior, levando-os, em muitos casos, a abandonar suas línguas em favor da língua dominante.

Embora essa não seja a situação do inglês no contexto brasileiro – visto que, a despeito de sua marcante presença em nosso cotidiano, o inglês não representa uma ameaça para o português – não escapamos às políticas imperialistas do sistema econocultural mundial (BRUTT-GRIFFLER, 1998). A falta de competência no inglês pode significar uma forma de exclusão, tal como ocorre em outros contextos que sofrem esse mesmo tipo de influência.

Inicialmente imposto pela força do regime militar, que viu na obrigatoriedade de seu ensino uma forma de fazer jus ao apoio bélico, tecnológico e econômico dos Estados Unidos, o inglês acabou se naturalizando na sociedade brasileira, a ponto de se tornar uma referência de poder econômico e de status social. Mas, como o ensino deste idioma estrangeiro no sistema escolar não tem atendido satisfatoriamente às demandas desta sociedade

global, o inglês tem se tornado muito mais um divisor social do que uma língua de inclusão. Na verdade, o uso corrente desta língua internacional tem sido privilégio de uma pequena elite, que pode arcar com os custos de uma educação bilíngüe e/ou de um ensino especializado no Brasil ou no exterior.

E para que o inglês não seja reduzido apenas a um efeito colateral do colonialismo e imperialismo lingüístico, é necessário fazer a distinção entre os contextos nos quais ele é adotado: 1) uma língua majoritária a ser adquirida e usada pelos indivíduos que estão em situação de imigração ou de minoria lingüística em países de língua inglesa, a exemplo das comunidades nativas que falam uma L1 diferente do inglês; 2) uma variedade transplantada, a exemplo do que ocorre em muitas das ex-colônias anglo-americanas; e 3) uma segunda língua, estrangeira, a exemplo do contexto vivenciado pela maioria da população brasileira.

No primeiro caso, o inglês é reconhecidamente o único idioma a ser usado em todos os domínios públicos e compete ao imigrante e seus descendentes conformarem-se às normas dominantes. Porque este é o idioma da vida cotidiana dessas comunidades, adquiri-lo é uma questão de sobrevivência, uma condição *sine qua non* para o acesso ao emprego, à escolarização, a um status social. No segundo caso, o inglês imposto originalmente pela força se coloca hoje, para muitas destas sociedades, não mais como a língua do colonizador, mas como um idioma nativizado. Isto é, embora herdada de maneira compulsória, esta língua torna-se propriedade destas comunidades, sendo adquirida em algumas situações como L2 ou até mesmo como L1 e usada regularmente como meio privilegiado de instrução na escola e de comunicação no cotidiano fora do convívio familiar. No terceiro caso, que se refere à situação brasileira, em uma perspectiva macro, o inglês se coloca como uma língua estrangeira utilizada por alguns em situações de caráter preponderantemente instrumental, no trabalho, na leitura de textos técnicos, em setores especializados etc.; e, em uma perspectiva micro, como L2 (mas que não deixa de ser, também, estrangeira) adquirida em contextos formais de aquisição, bilíngüe ou não, e em situação de imersão, formal ou não.

Dada a singularidade de cada um desses contextos, é importante que a aquisição formal do inglês seja pensada e planejada segundo as reais necessidades, graus de exposição e oportunidades de interação entre os sujeitos, bem como a partir da definição do papel que o uso desse idioma deve ter na vida da comunidade. No entanto, o que se vê é que o ensino e a aprendizagem do inglês em contextos escolares formais se assentam em uma perspectiva muito mais orientada para uma abordagem de aquisição monolíngüe do que bilíngüe. E, em termos pedagógicos, esse paradigma tem servido para justificar o princípio do bilingüismo por meio do monolingüismo e para afastar a possibilidade da adoção de um comportamento bilíngüe não apenas global, mas também local. Afinal, ele parte do suposto de que a comunicação é sempre perfeita em contextos monolíngües e que a harmonia comunicativa é ameaçada todas as vezes que outras línguas são usadas, o que se constitui em uma atitude não de adição, mas de subtração lingüística.

Essa postura de se tratar a relação L1-L2 do ponto de vista do monolingüismo tem sido subsidiada não apenas por teorias e pedagogias de ensino, mas também por uma certa ideologia de grupos dominantes, que vêem na língua uma forma de controle da ordem social (FAIRCLOUGH, 1989). Obviamente, não é uma coincidência que a língua mais falada do mundo seja justamente o idioma da maior potência econômica, militar e política do globo. Também, não é mera curiosidade histórica a expansão do inglês durante o colonialismo britânico, sua conseqüente ascensão e permanência, mesmo posteriormente ao seu declínio. Tampouco é por acaso que a maioria das teorias de aquisição de L2 tenham sido desenvolvidas em países de língua inglesa e de tradição puramente monolíngüe. O fato é que a história do inglês sempre foi mais marcada pelo poder e dominação, do que pela inclusão e participação.

No entanto, nesta contemporaneidade, a atitude mais adequada não parece estar no abandono do inglês em favor das línguas locais ou em sua negação como língua do mundo, mas na adoção de uma perspectiva crítica de seu uso que abrange negociar formas alternativas de discursos, tanto globais quanto locais. Dito de outra forma, para que o papel do inglês nesta

sociedade global seja o de congregar as nações e seus cidadãos, também nas salas de aula onde esta língua franca é ensinada e aprendida, o discurso que sustenta a prática educativa deverá ser de resistência ao poder imposto pelo capital e da não aceitação a uma imposição cultural monolítica. De fato, um dos desafios que este momento global apresenta tem a ver com a busca cada vez mais premente de se tratar este inglês, língua mundial, de uma forma glocal baseada em teorias orientadas para o bilingüismo, já que, como afirma Romaine (1995), esse fenômeno é a norma e o outro, o monolingüismo, é a exceção.

3. Considerações finais

A sociedade global contemporânea vem sendo interpretada como um movimento do sistema capitalista, que em busca de novos mercados para expandir-se, tem na mercadoria um de seus símbolos de reconhecimento social, tanto particular quanto universal. Tal necessidade provoca a busca por novos meios de produção e veiculação que, nesta atual fase do desenvolvimento da modernidade, traduzem-se em fábricas globais conectadas por fios de cobre e via satélite às suas parceiras espalhadas em regiões dos quatro cantos do mundo. O inglês é a língua base para o funcionamento e o refinamento destas relações capitalistas em âmbito global.

Enquanto língua franca que conecta as pessoas internacionalmente, este inglês cumpre a função de promover uma identidade global, por meio da mercadoria que veicula. A fim de que possa ser consumida por cidadãos de todos os lugares da terra, a mercadoria deve traduzir elementos significativos das linguagens – conceitos, pensamentos, valores, necessidades e desejos – dos diferentes grupos globais por onde circula. O inglês traduz estas linguagens plurirregionais; é a língua código de comunicação desta/nesta sociedade emergente.

A sociedade moderna tem demonstrado a improbabilidade de uma conduta hegemônica entre as variadas estirpes econômicas, culturais e religiosas mundiais, mesmo quando submetidas ao processo de mundialização. A globalização

cria, re-cria, põe e re-põe diferenças, diversidades e desigualdades. E, tomado nesta perspectiva, este idioma revela-se franco, no sentido plural. O que motiva uma mudança na representação gráfica do *English* para *englishes*, em letra minúscula, por não se referir a uma única cultura hegemônica, mas a nações pluriculturais; e no plural, por referir-se às linguagens dos diferentes povos, por meio da adoção de signos lingüísticos adaptados do e ao inglês.

No Brasil, esta é uma língua estrangeira e, para a grande maioria, deve ser aprendida em instituições educacionais formais. E, tal como a construção desta sociedade vem se colocando neste início de século, esta formação deverá privilegiar o mais adequado e pleno desenvolvimento intelectual dos cidadãos e a capacidade crítica de relação social, já que a participação das nações na produção de linguagens que sejam representativas desta sociedade só é possível se existirem informações relevantes a comunicar e se forem veiculadas neste idioma universal, neste *englishes*, a língua franca da sociedade global contemporânea. Desta forma, a abordagem pedagógica de aquisição do inglês a ser adotada em salas de aula deverá privilegiar uma atitude bilíngüe *glocal*, isto é, tanto universal quanto particular.

Bibliografia

BRUTT-GRIFFLER, J. Conceptual questions in English as a world language: taking up an issue. *World Englishes*, v. 17, n. 3, 1998, p. 381-392.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FARACO, C. A. (Org.). *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2002.

HAMEL, R. E. La política del lenguaje y el conflicto interétnico: problemas de investigación sociolingüística. In: ORLANDI, E. (Org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

- IANNI, O. *Teoria da globalização*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.
- MARX, C. e ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, Coleção Universidade Popular, 1987.
- ORTIZ, R. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PENNYCOOK, A. *The cultural politics of English as international language*. Harlow: Longman, 1994.
- PHILLIPSON, R. e SKUTNABB-KANGAS, T. English Only worldwide or language ecology? *TESOL Quarterly*, v. 30, n. 3, 1996, p. 429-452.
- RAJAGOPALAN, K. Of EFL teachers, conscience, and cowardice. *ELT Journal*, v. 53, n. 3, 1999, p. 200-206.
- ROMAINE, S. *Bilingualism*. Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1995.